

ELEMENTOS ESTRUTURAIS E TECNOLÓGICOS DE POLÍTICAS DE INDEXAÇÃO EM SISTEMAS DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS BRASILEIRAS

Structure and technical elements of indexing policies of Brazilian university libraries

André Luiz Appel

Doutor em Ciência da Informação, Bacharel em Biblioteconomia, Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, GO, Brasil. Professor, Departamento Acadêmico de Ciência da Informação (DACI), Universidade Federal de Rondônia (Unir), Porto Velho, RO, Brasil.

andreappel@egresso.ufg.br

<https://orcid.org/0000-0002-9608-803X>

Lais Pereira de Oliveira

Doutora em Ciência da Informação, Professora na Faculdade de Informação e Comunicação (FIC), Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, GO, Brasil.

laispereira2@ufg.br

<https://orcid.org/0000-0001-9092-4204>

RESUMO

Objetivo: Discorre sobre a política de indexação, aqui compreendida como documento formal que impõe diretrizes específicas para o trabalho do indexador de assunto, tornando-se crucial para a constância do tratamento temático da informação em bibliotecas. Objetiva mapear políticas de indexação das bibliotecas universitárias brasileiras, com vistas a estabelecer constatações acerca de seus elementos estruturais e tecnológicos. **Método:** Constitui pesquisa exploratório-documental, de natureza quali-quantitativa. Utiliza pesquisa documental para fins de obtenção das políticas de indexação nos sites dos sistemas de bibliotecas das universidades federais brasileiras. Reúne corpus analítico de nove políticas de indexação. **Resultados:** Demonstra quantitativo reduzido de políticas de indexação formalmente estabelecidas nos sistemas de bibliotecas universitárias brasileiras. Observou-se que aspectos tecnológicos inovadores são pouco abordados, porém chama-se a atenção para a diversidade de uso de aparatos tecnológicos tradicionais que dão suporte ao intercâmbio de registros. **Conclusões:** Destaca potencial latente para o desenvolvimento e a publicização de instrumentos de política de representação e para a exploração de tecnologias inovadoras, assim como para a realização de novos estudos nessa problemática.

Palavras-chave: Organização da informação. Tratamento temático da informação. Indexação de assunto. Políticas de indexação. Sistemas de bibliotecas universitárias.

ABSTRACT

Objective: The study discusses the indexing policy, understood here as a formal document that requires specific guidelines for the work of the subject indexer, becoming crucial for the consistency of the subject representation in libraries. It aims

to map indexing policies of Brazilian university libraries, with a view to establishing findings about their structural and technological elements. **Method:** This is exploratory-documentary research, of a qualitative and quantitative nature. It uses documentary research to obtain indexing policies on the websites of the library systems of Brazilian federal universities. It brings together an analytical corpus of nine indexing policies. **Results:** It demonstrates a reduced number of indexing policies formally established in Brazilian university library systems. It was observed that innovative technological aspects are rarely addressed, but attention is drawn to the diversity of use of traditional technological devices that support the exchange of records. **Conclusions:** Highlights latent potential for the development and publicization of representation policy instruments and for the exploration of innovative technologies, as well as for carrying out new studies on this issue.

keywords: Information organization. Subject representation. Indexing. Indexing policies. University library systems.

1 INTRODUÇÃO

Cotidianamente, bibliotecas de todos os tipos se dedicam a ações e esforços de organização da informação, para os quais a representação é elemento chave, uma vez que gera metadados e pontos de acesso que permitem a seleção e busca de um item em um acervo. Especificamente no que concerne à indexação, se representa a informação conforme seu teor, os assuntos que contempla, sua tematicidade, expressa em termos ou palavras-chave.

Pret (2022) explica que a indexação surgiu e se desenvolveu frente à demanda pela recuperação de partes específicas de um conteúdo documental. Todavia, representar informação por meio do processo de indexação constitui atividade complexa, razão pela qual demanda o estabelecimento de procedimentos e ferramentas de apoio (Cruz; Fujita, 2021). Destacadamente, tem-se a política de indexação como uma dessas estruturas em suporte à ação indexadora.

As políticas são aplicadas nas bibliotecas em diferentes níveis, regulando os processos rotineiramente desenvolvidos (Brum; Maculan, 2023). Não é diferente com o processo de indexação, que também requer preceito, norma e moderação. Afinal, em que pese ter sido realizada pelos indivíduos ao longo da história, a indexação reflete uma técnica (Pret, 2022) e, como tal, precisa de respaldo para

maior assertividade e constância, em condições de agregar não apenas à representação, mas também, à busca por assunto.

Como forma de atender a esse propósito de representação e recuperação por assunto, a política de indexação chega para especificar a práxis indexadora, estabelecendo diretrizes para sua constituição. Com isso, influi no trabalho bibliotecário dedicado ao estabelecimento de termos representativos do teor documental, seja ele em biblioteca comunitária, escolar, especial, especializada, pública ou universitária.

A presente pesquisa se volta, especificamente, ao contexto dos sistemas de biblioteca universitária. Considera, pois, a perspectiva de Fonseca e Redigolo (2020), segundo a qual refletir sobre decisões acerca da indexação em bibliotecas universitárias é ponto essencial na abordagem sobre tal processo. Seguindo também o apregoado por Fujita e Santos (2016), enxerga-se a viabilidade de coexistência de políticas em diferentes níveis de formalização, embora a incursão investigativa aqui apresentada se dê de forma pontual sobre documentos formalmente registrados e disponibilizados de forma livre e aberta por bibliotecas universitárias brasileiras.

Dentre os estudos prévios voltados para as políticas de representação da informação em unidades de informação, destacamos o trabalho de Espíndola e Pereira (2018), que identificaram onze requisitos indispensáveis para a elaboração de uma política institucional, fornecendo uma proposta estruturação de documento na forma de política.

O estudo de Faria e Lourenço (2019) fez análise sobre quais regras do *Resource Description and Access* (RDA) podem ser objeto de padronização e formalização em políticas de catalogação em bibliotecas. Observam que cerca de 70% de dezessete regras do RDA analisadas podem ser submetidas a alguma forma de padronização a partir de uma política.

Fujita e Santos (2016) identificaram as bibliotecas universitárias das regiões Sul e Sudeste do Brasil que possuem políticas de catalogação, com a condução de estudo baseado em pesquisa participante com sujeitos atuantes nessas bibliotecas. Verificaram que a minoria das bibliotecas da região possuía políticas formalizadas,

impactando o processamento técnico e as condições de educação continuada dos profissionais e de condução de estudos de avaliação da indexação.

Sousa (2015) realizou identificação e sistematização de teoria norteadora sobre políticas de representação descritiva, tendo observado número reduzido de publicações que tratam da temática, chamando a atenção para a falta de registros formais em detrimento do foco exclusivo na prática.

Rubi e Fujita (2010) identificaram e analisaram elementos norteadores de políticas de indexação em bibliotecas universitárias. Para tanto, se valeram de abordagem visão sociocognitiva para identificação das visões de variados atores dos procedimentos de indexação, como bibliotecários diretores, catalogadores, de referências, docentes e discentes. Como resultados, reforçaram a importância da manutenção de políticas norteadoras de indexação, além de terem elencado um conjunto de tópicos ou pontos de pauta e/ou orientações essenciais para estruturação e composição dessas políticas.

Sob os auspícios dos estudos previamente elencados e frente ao caráter inovador do enfoque aqui proposto, esta pesquisa objetivou mapear políticas de indexação das bibliotecas universitárias brasileiras, com vistas a estabelecer constatações acerca de seus elementos estruturais. Na sequência, são trazidos conceitos que fundamentam o objeto de análise, seguidos da descrição dos procedimentos metodológicos conduzidos na pesquisa e os resultados alcançados.

2 POLÍTICA DE INDEXAÇÃO: CONCEITUAÇÃO, RELEVÂNCIA E ESTRUTURA

Política de indexação pode ser conceitualmente definida como um documento estabelecido a partir do diagnóstico do sistema de informação, que age na unificação e regulação de procedimentos relativos à ação analítica de atribuição de termos para representar o teor dos itens informacionais e que, com isso, contempla diretrizes específicas para realização do processo de indexação de assunto.

De forma primeva, Carneiro (1985, p. 221) atribuiu destaque à política de indexação caracterizando-a como “um guia para tomada de decisões”. Para Brito *et al.* (2018) a política de indexação é o meio para que a indexação se estabeleça de forma concreta. Grosso modo, portanto, ela ampara o processo indexador e contribui

com a eficácia da recuperação da informação (Fonseca; Redigolo, 2020). Seu registro oficial pela biblioteca permite circunstanciar as condições para respaldar decisões sobre os elementos da política de indexação (Fujita, 2016).

Todavia, a política não é exclusiva ao processo de indexação. Na concepção de Brum e Maculan (2023, p. 4):

[...] em bibliotecas universitárias, por exemplo, existem políticas desde a aquisição de documentos até o descarte, passando por processos de catalogação, de indexação e classificação, chegando a requisitos para a recuperação e encontrabilidade da informação, visto que é um guia de ações que visa assegurar que o usuário tenha acesso à informação que demanda.

Dessa forma, há que se ter em mente que é a partir do produto da indexação que o usuário tem acesso ao documento de forma mais específica (Fonseca; Redigolo, 2020). Assim, o cuidado para com o desenvolvimento da indexação está diretamente relacionado ao quanto se condiciona a sua pesquisa e recuperação.

Brito *et al.* (2018) chegam a destacar a essencialidade da política de indexação para a eficácia de um sistema de informação. Há que se falar, ainda, que a indexação tem alto grau de subjetividade em sua execução (Fonseca; Redigolo, 2020). Mais do que isso, em um plano mais geral pode-se afirmar que a ausência de políticas reguladoras em bibliotecas traz prejuízos à gestão da informação em tais ambiências (Brum; Maculan, 2023). Diante disso, a política de indexação consubstancia-se como elemento que contribui com o trabalho do indexador em sistemas de informação tanto quanto com sua circunstância gerencial.

Entendida a conjuntura conceitual e a relevância da política de indexação, há que se considerar sua estrutura. Isso porque alguns elementos são extremamente importantes para garantia de sua função normativa e reguladora. Tais elementos delimitam os procedimentos aplicados durante a indexação (Fonseca; Redigolo, 2020, p. 6). Dito de outro modo, os elementos da política de indexação garantem sua funcionalidade (Brito *et al.*, 2018).

Para além disso, Fujita (2016, p. 15) explica que:

[...] política de indexação pode ser determinada por diversos fatores em uma unidade de informação, desde a seleção de tipos de documentos a serem indexados, procedimentos de análise e representação de assuntos, aspectos qualitativos da indexação como

precisão, especificidade, exaustividade e revocação, instrumentos de controle de vocabulário tais como linguagens documentárias ou opção por trabalhar com linguagem natural, além da avaliação da indexação pela consistência e pela recuperação.

Em certa medida, portanto, há que se entender a política de indexação enquanto instrumento formal de apoio ao trabalho bibliotecário de indexar assunto, que vai guiar essa atividade. Ao mesmo tempo, é preciso compreender sua crucialidade para o sistema de informação e, que todo um estrutural será a garantia de sua eficácia executora. Além disso, sistematizações de instrumentos ou diretrizes da prática também se apresentam como significativos no apoio à elaboração de novos instrumentos ou com vistas à avaliação dos processos de representação.

3 METODOS

Trata-se de uma pesquisa exploratória, documental e de natureza quali-quantitativa, que tem como fontes de dados os sites de sistemas de bibliotecas universitárias brasileiras e seus documentos na forma de políticas de indexação ou representação da informação. Como tarefa inicial da coleta de dados, realizou-se o levantamento das universidades federais de ensino superior por meio do site do Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (e-MEC)¹. Com a aplicação dos filtros da ferramenta com foco nas instituições de ensino de nível exclusivamente superior (excluindo-se aí os Institutos Federais de Ensino), foram identificadas 69 universidades federais. Essas instituições foram, então, registradas em uma planilha do MS Excel e, para cada uma delas, foi realizada consulta no Google para localização dos *sites* institucionais de suas bibliotecas universitárias ou de seus sistemas de bibliotecas.

Os *sites* foram, então, registrados na planilha e, a partir de visitas a cada site coletado, buscou-se por documentos que remetessem a normativas, instrumentos, regulações ou políticas referentes a processamento técnico, representação descritiva ou temática, catalogação, indexação. Assim, foram encontrados documentos dessa natureza para oito das 69 instituições.

¹Disponível em <https://emec.mec.gov.br/emec/nova>.

Em seguida, foram registrados os *links* de cada documento identificado e realizados os *downloads* desses documentos para análise, tendo sido considerados nove documentos de políticas, considerando-se que duas instituições (FURG e UFPR) apresentam mais de um documento, e pela não unicidade do conteúdo no material da UFRGS. Na sequência, são descritos e analisados os documentos identificados, quanto aos seus pontos de interlocução pela via estrutural e quanto aos aspectos tecnológicos abordados

Em especial, foram observadas diretrizes ou recomendações atinentes aos sistemas de biblioteca/automação em uso, diretrizes ou orientações detalhadas sobre protocolos, padrões ou códigos de intercâmbio de dados, tais como protocolo Z39.50, *Machine Readable Cataloging* (MARC), padronização da descrição por garantia do intercâmbio, tais como *Anglo-American Cataloguing Rules* (AACR 2) e *Resources Description Framework* (RDA), e, de forma mais ampla, recomendações de fontes de controle de autoridade e linguagens controladas amparadas por suportes tecnológicos.

4 RESULTADOS

O conjunto de políticas de indexação/representação da informação das bibliotecas universitárias de universidades federais brasileiras é apresentado no Quadro 1.

Pela análise dos documentos identificados junto às oito universidades federais (vide Quadro 1), verifica-se a presença de um item (6 bibliotecas) ou dois (2 bibliotecas) nomeado como política ou manual. Vale ressaltar que, nessa distinção designativa para os documentos, há que se compreender a priori, que o manual documenta elista de modo oficial as diretrizes indexadoras e o passo-a-passo para sua execução. A política, por sua vez, reflete mais do que uma documentação estruturada para o ato indexador, haja vista que diz respeito à cultura organizacional em prol desse estabelecimento. Assim, o fato de haver essa mistura pode ser indício de confusão quanto ao nível de distinção dessas duas estruturas: manual e política.

Denota-se, ademais, preocupação com a regulação e normatização dos procedimentos de trato do acervo que, em 25% dos casos se faz pela cobertura dos aspectos descritivos e temáticos (UFPR e FURG) em itens distintos.

Quadro 1 – Políticas de representação da informação das bibliotecas universitárias analisadas.

Instituição	Título e local de publicação da política
Universidade Federal de Goiás (UFG)	Manual de política de indexação para as bibliotecas da UFG https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/88/o/Manual_Politica_SiBi_UFG.pdf
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	Política de representação da informação da Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina (BU/UFSC) https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/251586
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	Política para indexação de acervo do SISTEBIB/UFAM https://biblioteca.ufam.edu.br/images/doc/politica_indexacao_revistaRM.pdf
Universidade Federal do Ceará (UFC)	Política de indexação do sistema de bibliotecas da Universidade Federal do Ceará https://biblioteca.ufc.br/wp-content/uploads/2015/06/politica-indexacao-bu-ufc-09-04-2016.pdf
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)	Política de processamento técnico https://www.unirio.br/bibliotecacentral/arquivos/SPD_PoliticaProcessamentoTecnico_01jun2023.pdf
Universidade Federal do Paraná (UFPR)	Política de representação descritiva do SiBi/UFPR https://bibliotecas.ufpr.br/wp-content/uploads/2023/07/Políticas-de-Representacao-Descritiva-SiBi-UFPR--Aprovada-C_Gestor_13_04_22.pdf Política de representação temática do doSiBi/UFPR https://bibliotecas.ufpr.br/wp-content/uploads/2022/04/Políticas-de-Representacao-Tematica-SiBi.pdf
Universidade Federal do Rio Grande (FURG)	Política de indexação do sistema de bibliotecas da Universidade Federal do Rio Grande https://biblioteca.furg.br/images/Manual_de_indexacao_SiB_062019.pdf Manual de processamento técnico https://biblioteca.furg.br/images/Manual_Processo_fev2021.docx.pdf
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	Document@: Base de conhecimento do Sistema de Bibliotecas da UFRGS (vários documentos) https://www.ufrgs.br/documenta/

Fonte: dados da pesquisa (2024).

Demonstra-se, pois, a formalização do processo decisório em torno da indexação ou do processo técnico de forma ampla, como desenvolvido nas bibliotecas. Nesse sentido, a conjuntura encontrada na pesquisa documental que

demonstra algumas dessas políticas nominadas como “de representação da informação” e não somente enquanto “política de indexação”.

Para além dos títulos dos documentos, mediante sua análise intrínseca pela observação do sumário, nota-se que nem todos tratam diretamente de ambas as políticas (representação descritiva e temática). Os casos que se mostram mais completos são da UFPR, que traz tais processos em documentos norteadores publicados em forma separada conforme supramencionado, e da UFSC, que trata de representação da informação em documento único, mas, separado a partir de seções as diferentes frentes (descritiva e temática).

Dessa maneira, se constata que estruturalmente tais documentos formais de indexação expandem a perspectiva para além desse processo, abrangendo a conjuntura de catalogação de forma mais ampla, haja vista que representação descritiva e temática são complementares e conduzidas de forma simultânea.

Destaca-se também o material da UFRGS que, embora não se apresente nominalmente como um documento de política, foi aqui compreendido como tal, uma vez que traz inúmeros materiais com instruções técnicas e operacionais bastante ricos para orientação do trabalho de processamento técnico e para uma gestão do conhecimento do processamento técnico de materiais e do fluxo de profissionais na unidade de informação.

Com base na análise dos sumários e/ou tópicos das políticas identificadas, verificam-se os seguintes tópicos como comuns ou mais recorrentes (Quadro 2):

Quadro 2 – Tópicos comuns nos instrumentos identificados.

1. Introdução ou apresentação	6. Padronização de entradas de assunto / Classificação
2. Objetivos	7. Indexação
3. Processo de indexação	8. Normas e padrões
4. Elementos da política de indexação	9. Acompanhamento / Avaliação
5. Linguagem / Linguagem controlada	10. Referências

Fonte: dados da pesquisa (2024).

A partir do Quadro 2, constata-se a presença predominante de elemento estrutural voltado à apresentação da política e de seus objetivos, da mesma forma que exploração das características relativas ao usuário da informação e às especificidades das unidades às quais as políticas se destinam. Nesse sentido,

contextualiza-se o intento do documento em si, que é apresentado, atrelado ao público que faz uso do sistema de informação. Esses elementos são coerentes com os introdutórios definidos por Espíndola e Ferreira (2018).

Além disso, pelo menos quatro documentos abordam a descrição do processo de indexação, com a indicação de seus elementos e/ou procedimentos a serem adotados durante o processamento técnico, em possível sintonia com os itens “informações sobre a catalogação realizada na instituição” de Espíndola e Ferreira (2018) e “procedimentos relacionados à indexação” de Rubi e Fujita (2010). Ao menos cinco documentos também dão ênfase ao processo de indexação e à utilização de linguagens controladas como referência para esse processo, com ênfase na padronização e entrada por assunto. Quatro dentre os nove documentos analisados tratam dos procedimentos de avaliação, acompanhamento ou revisão das políticas, em sintonia com as orientações de Espíndola e Ferreira (2018) e Rubi e Fujita (2010).

Destacadamente, portanto, para além dos procedimentos e diretrizes a serem observados na representação da informação, as políticas estabelecem detalhamento para sua melhoria e atualização. Considera-se, aqui, a relevância de tal questão, como forma de permitir o aprimoramento das especificações trazidas em tais documentos inclusive em condições de revisão das deliberações feitas e integração de outras que possam auxiliar no desenvolvimento do processo técnico da informação.

Sobre os aspectos estruturais em sua via tecnológica, constata-se, pela leitura e prospecção textual das políticas, que alguns documentos fazem menção aos sistemas utilizados pelas unidades aos quais se destinam, com recomendações e/ou instruções específicas ao processamento técnico nesses sistemas. Há, em quase todos os documentos, menção direta ou indireta ao formato MARC 21, com diretrizes para a criação de registros nesse formato. Apenas o documento da UFPR traz menção ao *ResourceDescription and Access* (RDA), com ênfase na adequação e consistência do controle de autoridade. No Quadro 3, apresenta-se uma síntese dos aspectos identificados.

Dentre os sistemas de automação citados, o Pergamum se destaca como o mais recorrente, citado por dois sistemas de bibliotecas (UFC e UFSC). Recebem

menções também o Sophia (UFG) e o ARGO (FURG). Instrumentos como os da FURG, UFG apresentam regras detalhadas e específicas para a descrição dos registros com base no padrão adotado (AACR 2), cotejando com as funcionalidades de edição dos campos e dos controles de autoridade trazidas por cada sistema.

Quadro 3 – Referências ou elementos tecnológicos verificados nos documentos.

Biblioteca	Sistema	Fontes para controle de autoridades	Registro e intercâmbio	Padrões de descrição
FURG	ARGO	<ul style="list-style-type: none"> – Tesouro Spines; – vocabulário controlado da USP. 	MARC 21 – Campos específicos trabalhados no sistema; Controle de forma do termo versus uso do campo 650	AACR 2
UFAM	–	<ul style="list-style-type: none"> – Manual de Autoridades para o Sistema de Bibliotecas da UFAM (SISTEBIB): formato MARC21 (2014); – Library of Congress (LC); – Rede Pergamum; – Biblioteca Nacional (BN); – Fundação Getúlio Vargas (FGV). 	MARC 21 – Controle de forma do termo versus uso do campo 650	AACR 2
UFC	Pergamum	<p>Extensa lista de exemplos por áreas do conhecimento. Recorte multidisciplinares:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Fundação Biblioteca Nacional; – Library of Congress Subject Headings; – Catálogo da Rede Pergamum; – Vocabulário Controlado do SIBi/USP; – Tesouro de Contas Nacional; – EuroVoc (Thesaurus Multilíngue da União Europeia); – UNESCO Thesaurus; – Government of Canada Core Subject Thesaurus; – Tesouro da Biblioteca Dr. Jorge Villalobos Padilla (México); – Tesouro FORMEI (Portugal); – Tesouros do SENAI; – SCHMIDT, Wanda Lúcia (org.). Microtesouro. Brasília: SENAI/DN, 1999. 2 	MARC 21 – Controle de forma do termo versus uso dos campos 6XX; Controle e uso de remissivas (450, 550)	AACR 2

Biblioteca	Sistema	Fontes para controle de autoridades	Registro e intercâmbio	Padrões de descrição
		v.		
UFG	Sophia	<ul style="list-style-type: none"> – Linguagem da Biblioteca Nacional (LBN); – Library of Congress Subject Heading (LCSH); – Plataforma Lattes (nomes pessoais) 	MARC 21 – Controle de forma do termo versus uso dos campos 6XX; Controle e uso de remissivas (450, 550).	AACR 2
UFPR	–	<ul style="list-style-type: none"> – Functional Requirements for Authority Data (FRAD) – estabelecimento de atributos e campos para controle das autoridades no MARC 21; – Agência de Tecnologia da Informação e Comunicação da UFPR (AGTIC/UFPR); – Fundação Biblioteca Nacional (FBN); Library of Congress Subject Headings (LCSH); – Descritores em Ciências da Saúde (DeCS). 	MARC 21 – fixação dos campos, sem orientação específica; Z39.50 e ISO 2709; cliente de pesquisa com protocolo Z39.50 integrado; servidor Z39.50 integrado; módulo de exportação para o catálogo coletivo nacional (CCN); módulo de exportação para BIREME; módulo biblioteca digital com harvesting pelo OAI-PMH (nos padrões DC e MTD2-BR).	AACR 2; RDA: planejamento para uso
UFSC	Pergamum	<ul style="list-style-type: none"> – Biblioteca Nacional (BN); – Library of Congress (LC); – Rede Bibliodata; – Rede Pergamum; – Vocabulário Controlado USP; – Universidade Estadual Paulista (Unesp); – British Library; – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); – Online Computer Library Center (OCLC); – Fontes especializadas em determinadas áreas, como Biblioteca Virtual de Saúde (BIREME), DeCS, Senado, entre outras. 	MARC 21 – sem diretrizes específicas por campos; Z39.50; catálogo coletivo da Rede Pergamum; Catálogo Coletivo Nacional de Publicações Periódicas (CCN); Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS); BDTD, CCN, COMUT, Rede Cariniana.	AACR 2
UNIRIO	–	–	–	–

Fonte: dados da pesquisa (2024).

Sobre as fontes para controle de autoridades, os instrumentos apresentam, quase que na totalidade, uma variada gama de recomendações. Ganham destaque o controle de autoridades da Biblioteca Nacional (BN) e o *Library of Congress Subject Heading* (LCSH) o Vocabulário Controlado do SiBi/USP, e funcionalidades

específicas de sistemas utilizados, como o caso do Catálogo Coletivo da Rede Pergamum. Ressalta-se a referência aos *Functional Requirements for Authority Data* (FRAD) no instrumento da UFPR, como esforço de estabelecimento de atributos e campos para controle das autoridades no MARC 21.

Para a padronização da descrição de registros, o MARC 21 e o ACCR 2 são apontados por quase todos os instrumentos como referência. Alguns instrumentos, como da FURG, UFAM, UFC e UFG, trazem instruções detalhadas a respeito da criação de registros a partir de campos de assunto, remissivas, autoridade etc., atinentes ao processo de indexação. Destaca-se, ainda, menção a adequação das tabelas de autoridade pelo instrumento da UFPR, com vistas a potencial adoção do RDA como padrão de descrição.

Dessa maneira, a circunstância de desenvolvimento das ações de indexação e representação da informação de forma ampla sai fortalecida. Isso porque coloca em destaque a forma pela qual será pensada junto ao *software* de automação utilizado, da mesma forma que o estabelecimento pragmático dos metadados de um recurso informacional, incluindo aqueles de caráter temático.

5 CONCLUSÃO

A pesquisa buscou mapear políticas de indexação das bibliotecas universitárias brasileiras, com vistas a estabelecer constatações acerca de seus elementos estruturais e aportes tecnológicos.

A partir disso, demonstrou-se que um baixo número de instituições mapeadas, cerca de 11%, conta com políticas norteadoras dos processos de representação descritiva ou temática. Destaque seja feito aqui para o fato de que a pesquisa se estabeleceu pela via documental. O número acima mencionado pode ser distinto, no caso de pesquisas desenvolvidas com técnicas como questionário e entrevista junto aos bibliotecários dos sistemas de bibliotecas universitárias. Considera-se que pode haver documentos cumprindo com a função de política de indexação que, todavia, não se encontram disponibilizados nos portais institucionais.

Dentre a amostra verificada, observa-se que boa parte conta com políticas detalhadas para a indexação e, até mesmo, com abrangência dos processos de

representação descritiva e temática, por vezes, em documentos individuais. Destaca-se, igualmente, o alinhamento às diretrizes trazidas pela literatura em mais de um documento.

Sobre os aspectos tecnológicos, percebe-se ainda uma aderência ou ênfase a aparatos tecnológicos mais tradicionais, o que pode estar relacionado com o tempo de existência ou de atualização das políticas. Em um cenário em que a interoperabilidade e a abertura de dados têm se mostrado como elementos-chave na construção e compartilhamento de catálogos e acervos de natureza diversa, é imperativo que novos documentos, ou novas versões dos já existentes, busquem abordar essa dimensão. Ainda assim, destaca-se utilização efetiva de funcionalidades disponíveis em sistemas de automação em uso com vistas ao aperfeiçoamento dos processos de indexação por boa parte das políticas analisadas. Ganha destaque também a diversidade de fontes de linguagens elencadas pelas políticas, as quais, *lato sensu*, se mostram como importantes aparatos tecnológicos de suporte aos processos de intercâmbio de registros.

Destarte, ressalta-se a limitação da pesquisa obedecendo à conjuntura de coleta documental. Dentre as limitações, encontra-se a possibilidade de as bibliotecas consultadas não terem disponíveis seus instrumentos ou políticas em seus sítios eletrônicos, de forma que não seriam mapeadas pelo método de amostragem utilizado. Nesse aspecto, Gomes e Lima (2021) reforçam a importância de a política estar acessível a todos os envolvidos nos processos de organização e busca da informação, incluindo-se aí os usuários.

Estudos futuros podem contemplar aplicação de questionários, permitindo mapear a existência de políticas ainda não publicadas, mas, com existência informal nas bibliotecas universitárias, tanto quanto configurações outras que denotam especificações quanto ao trato documental, na forma de tutoriais, guias e fluxos de trabalho. Espera-se, igualmente, ampliar o escopo do trabalho para contemplar análise de abordagem de demais protocolos como o ISO 2709:2008, além de identificação e descrição de vocabulários controlados e demais instrumentos norteadores abordados pelas políticas, assim como à luz de normativas como ISO 999:1996, sobre organização e apresentação de índices, e ISO 5963:1985, sobre

análise e determinação de assuntos de documentos e seleção de termos de indexação.

REFERÊNCIAS

BRITO, Antônia Karine Paz; ARAÚJO, Dayanne Albuquerque; MORAIS, Natanna Santana; CAVATI SOBRINHO, Heliomar. Política de indexação: modelo de elaboração. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, João Pessoa, v. 13, n. 1, p. 66-76, 2018. Disponível em: <https://www.pbcib.com/index.php/pbcib/article/view/38623>. Acesso em: 5 nov. 2024.

BRUM, Lilian Moraes; MACULAN, Benildes Coura M. S. Política de indexação como recurso de gestão de unidade de informação. **Ciência da Informação Express**, Lavras, v. 5, p. 1–21, 10 jan. 2024. DOI 10.60144/v5i.2024.107. Disponível em: <https://cienciadainformacaoexpress.ufla.br/index.php/revista/article/view/107>. Acesso em: 7 nov. 2024.

CARNEIRO, Marília Vidigal. Diretrizes para uma política de Indexação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, 1985. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/reb/article/view/36523>. Acesso em: 7 nov. 2024.

CRUZ, Maria Carolina Andrade; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. O uso de linguagem de indexação por bibliotecas universitárias brasileiras. **Informação & Informação**, Londrina, v. 26, n. 1, p. 574–600, 31 mar. 2021. DOI 10.5433/1981-8920.2021v26n1p574. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/39542>. Acesso em: 7 nov. 2024.

ESPÍNDOLA, Priscilla Lüdtke; PEREIRA, Ana Maria. Proposta de um modelo para políticas institucionais de catalogação. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 142–160, 30 mar. 2018. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1400>. Acesso em: 16 jul. 2024.

FARIA, Cleide Vieira de; LOURENÇO, Cíntia Azevedo. Regras da norma de catalogação Recurso Descrição e Acesso que podem ser padronizadas na política de catalogação da biblioteca. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 208–231, 8 set. 2019. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1226>. Acesso em: 16 jul. 2024.

FONSECA, Luciana Di Paula Andrade da; REDIGOLO, Franciele Marques. Política de Indexação em bibliotecas universitárias da área da saúde. **Brazilian Journal of Information Science: research trends**, Brasília, v. 14, n. 3-jul-set, p. e020004, 21 ago. 2020. DOI 10.36311/1940-1640.2020.v14n3.10237. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/10237>. Acesso em: 7 nov. 2024.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. Política de indexação para bibliotecas: funções e finalidades. In: FUJITA, Mariângela Spotti Lopes (org.). **Política de indexação para bibliotecas**: elaboração, avaliação e implantação. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016. p. 15-20.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; SANTOS, Luciana Beatriz Piovezan dos. Política de indexação em bibliotecas universitárias: estudo diagnóstico e analítico com pesquisa participante. **Transinformação**, Campinas, v. 28, p. 59–76, abr. 2016. DOI 10.1590/2318-08892016002800005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/K6wKdXKG3pbPVkcLChr7FtL/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 16 jul. 2024.

GOMES, Rainer Finelli; LIMA, Gercina Ângela de. Importância da política de indexação para as unidades de informação: uma revisão sistemática da literatura. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 27, n. 1, p. 210–236, 2021. DOI 10.19132/1808-5245271.210-236. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/103507>. Acesso em: 6 set. 2024.

PRET, Raquel Luise. **Do que se trata?**. A indexação em arquivos de universidade. Niterói: EdUFF, 2022.

RUBI, Milena Polsinelli; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes Fabiana Araujo. Política de indexação na catalogação de assunto em bibliotecas universitárias: a visão sociocognitiva da atuação profissional com protocolo verbal. **RDBCi: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 8, n. 1, p. 118–150, 1 mar. 2010. DOI 10.20396/rdbci.v7i2.1960. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1960>. Acesso em: 16 jul. 2024.

SOUSA, Brisa Pozzi de. Políticas para representação descritiva: ponderações para discussão. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 11, n. esp., p. 238–254, 2015. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/508>. Acesso em: 16 jul. 2024.

NOTAS E CRÉDITOS DO ARTIGO

- **Reconhecimentos:** Não se aplica.
- **Financiamento:** Não se aplica.
- **Conflitos de interesse:** Não se aplica.
- **Aprovação ética:** Não se aplica.
- **Disponibilidade de dados e materiais:** Não se aplica.
- **Manuscrito publicado como *preprint*:** o manuscrito foi originalmente publicado como trabalho completo no Seminário Nacional de Catalogação e Tecnologia (SNCat), em 2024. Posteriormente, passou por nova avaliação *double-blind peer review*, além de receber ajustes e atualizações de conteúdo.
- **Contribuições dos autores:**
- **Contribuições dos autores:**

Contribuição	Appel, A. L.	Oliveira, L. P.
Concepção do estudo	X	
Conceitualização	X	X
Metodologia	X	X
Coleta de dados / investigação	X	
Curadoria de dados	X	
Análise dos dados	X	X
Discussão dos resultados	X	X
Visualização (gráficos, tabelas e outros)	X	X
Rascunho original	X	
Revisão e edição final	X	X
Supervisão e administração		X

- **Licença de uso**

Os autores cedem ao **Ciência da Informação Express - CIExpress** direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença *Creative Commons Attribution (CC BY) 4.0 International*. Esta licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico.

- **Publicador**

Universidade Federal de Lavras (UFLA).

As ideias expressas neste artigo são de responsabilidade de sua autoria, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

Editor do canal de comunicação e divulgação científica Ciência da Informação Express

Nivaldo Calixto Ribeiro, Universidade Federal de Lavras (UFLA).

- **Histórico**

Recebido em: 08/11/2024

Aceito em: 20/12/2024

Publicado em: 20/01/2025